

30 out. 1987, jornal de notícias, Porto

BIBLIOTECA MUNICIPAL MANUEL DE BOAVENTURA - ESPOSENDE

REVISTA DE IMPRENSA

Publicação Jornal de Notícias

Local Porto

Data 03/10/87

Série \_\_\_\_\_

N.º \_\_\_\_\_

## Braga

Algo vai mal no combate à doença

# PERIPNEUMONIA REAPARECE EM FORÇA E CAUSA PREJUÍZOS AOS AGRICULTORES

## • Maior foco do país em Fonte Boa (Esposende)

A peripneumonia reapareceu em força em zonas do distrito onde a doença estava já erradicada, como Barcelos e Famalicão, e a situação apresenta-se «muito pior comparada com o surto verificado há anos», segundo disse ao JN João Gonçalves, da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB).

O maior foco existente em todo o país detectou-se ultimamente na freguesia de Fonte Boa, no município de Esposende, levando ao abate de mais de três centenas de bovinos, segundo um comunicado entretanto divulgado pela referida associação.

A ADADB refere que «para os próximos dias» está previsto o abate de «cerca de mais uma centena» de animais portadores da doença e que pertencem a produtores daquela localidade.

A situação é considerada «preocupante» em relação aos agricultores de Esposende, «em especial aos da freguesia de Fonte Boa», onde a peripneumonia alastrou «rapidamente» à «quase totalidade dos bovinos existentes» nesta localidade, «tornando-se, assim, o maior foco existente em todo o país», conforme garante a ADADB, cujos dirigentes reuniram recentemente com os produtores locais.

O aparecimento deste foco causou surpresa, porquanto no concelho de Esposende já não existe feira de gado «há cerca de vinte anos», segundo informou João Gonçalves, acrescentando a associação de que é dirigente que, para além disso, os agricultores de Fonte Boa não «têm por hábito transaccionar os seus gados nas feiras».

Para a ADADB, isto prova mais uma vez «que a teoria do Ministério da Agricultura de que as feiras de gado eram o principal veio de transmissão da doença estava errada».

João Gonçalves considerou que não houve um acompanhamento adequado e sistemático por parte dos serviços sanitários do ministério, através da realização de análises mais regulares, porque de outro modo não se explica, segundo disse, o reaparecimento da doença.

Por outro lado, salientou que o facto de os subsídios compensatórios serem insu-

ficientes para cobrir os prejuízos de cada animal abatido por causa da doença levou muitos agricultores a não declararem os bovinos contagiados, admitindo-se, por conseguinte, que esta seja outra causa da nova situação, porquanto o gado é uma fonte de receita importante e que não pode estar sujeita a diminuições de efectivos.

A Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga cita, a título de exemplo, o caso de um jovem produtor de Fonte Nova que, em finais de Abril, possuía 62 vacas leiteiras e oito novilhas, com um rendimento mensal de mil contos, das quais cerca de 30 morreram, fazendo com que esse rendimento baixasse aos 500 contos/mês, enquanto se manteve a mesma despesa devido aos «encargos anteriormente assumidos».

A situação dos agricultores cujas melhores vacas tiveram de ser abatidas é considerada de ruína e, «por outro lado, de desencanto», uma vez que o ministério, segundo a ADADB, não cumpre «o que está estipulado na lei».

Isto é: «Sempre que ordena o abate de um animal com doença ou com suspeita, o proprietário tem direito a 478\$00 por cada quilo que pesa a carcaça do animal morto e ainda cinco mil es-

cudos por mês durante um período de seis meses», desde que ele «se comprometa a abater todos os animais que estavam juntos com os afectados e estar com o estábulo vazio» durante meio ano.

«Além destas verbas — acrescenta a ADADB — o MAF comprometeu-se a dar mais 20 contos por cada animal que seja abatido, pois reconhece que os 478\$00 de carcaça que estão estipulados não pagam metade do valor do animal».

No entanto, no caso dos agricultores de Fonte Boa, a situação é que estes «estão há mais de seis meses sem receber um tostão, nem pelas vacas abatidas nem por

qualquer subsídio», apesar «de terem prometido que o prazo de pagamento era de 15 dias após o abate». Esta situação leva os agricultores locais «a pensar duas vezes» quando se lhes coloca o problema do abate de animais contagiados.

Em pior situação, segundo ainda a ADADB, «estão os pequenos produtores», já que «dependiam em 80% do dinheiro que lhes rendia o leite», vivendo «em permanente aflição».

A associação avistou-se, anteontem, com um responsável regional do ministério, cuja resposta aos problemas apresentados se baseou no facto de existirem «algumas confusões na interpretação da lei que estipula os referidos subsídios».

Foi dito à ADADB que «só em finais de julho o sr. secretário de Estado da Agri-

cultura pôs fim a esta situação», mas, apesar disso, o responsável regional do ministério informou «que não existem verbas na Direcção Regional para tal fim», se bem que se espere que «dentro de algum tempo» essas verbas sejam transferidas, a fim de obstar aos prejuízos elevados que a situação do súbito reaparecimento da peripneumonia já causou.

João Gonçalves adiantou ao JN que, para além de Fonte Nova, reapareceram pequenos focos da doença em Roriz (Barcelos) e noutras zonas de Famalicão.